

EMENDA Nº - CMMPV 1216/2024  
(à MPV 1216/2024)

Dê-se nova redação ao inciso II do § 4º do art. 6º-D da Lei nº 13.999, de 2020, como proposto pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 6º-D. ....

.....

§ 4º .....  
.....

II – limite de contratação de até 60% (sessenta por cento) da receita bruta anual calculada com base nos 12 meses compreendidos entre junho de 2022 e maio de 2023, salvo em casos de empresas que tenham menos de 1 (um) ano;  
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Considerando o texto original, o inciso em pauta considerará o ano base de 2023, no qual a região afetada sofreu efeitos de fenômenos climáticos extremos nos meses de junho, setembro e novembro, causando prejuízos consideráveis aos mesmos tomadores de crédito que hoje sofrem novos revezes, por conta do mesmo tipo de evento climático sofrido em três oportunidades, no ano anterior.

Ao considerarmos a renda bruta dos requerentes no ano de 2023, tomaremos como base um exercício no qual aquelas Empresas de Pequeno Porte, Microempresas e Microempreendedores Individuais tiveram três meses com prejuízos significativos, afetando suas receitas brutas e diminuindo, dessa forma, o limite de contratação.

Quando se considera como alternativa de ano referência os 12 meses compreendidos entre junho de 2022 e maio de 2023, dá-se ao tomador do recurso a possibilidade de aumentar a base de cálculo para o crédito aportado.



Por esses motivos, solicito o apoio dos meus pares à presente  
Emenda.

Sala da comissão, 15 de maio de 2024.

